

Maílson anuncia: vem muito dinheiro aí.

O acordo de refinanciamento da dívida brasileira com os bancos privados estrangeiros a ser assinado hoje, em Nova York, pelo ministro Maílson da Nóbrega, vai abrir as portas para a entrada no País de muito dinheiro novo proveniente da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Foi o que o ministro da Fazenda anunciou ontem aos seus colegas de ministérios, na reunião do Conselho de Segurança Nacional que formalizou o fim da moratória da dívida externa brasileira.

Segundo relataram quatro ministros presentes à reunião, Maílson não especificou valores, dizendo apenas tratar-se de uma "cifra expressiva" em dinheiro novo. Mas deixou claro que os futuros empréstimos são tão altos e importantes para o Brasil que a informação não deveria ser divulgada até a assinatura do acordo com os bancos, para evitar reprocessos da CEE, que deverá fornecer recursos para linhas de créditos destinados a exportações de produtos europeus ao Brasil.

O presidente José Sarney abriu e encerrou a reunião pedindo sigilo a todos os presentes "durante as 24 horas cruciais até a efetivação do acordo". Enfatizou, inclusive, que tanto o acordo com os bancos quanto as negociações com a CEE liberariam a área econômica para se dedicar mais às questões econômicas internas.

A "quarta fase"

Depois de assinar em Nova York os contratos com os bancos privados, o ministro Maílson da Nóbrega viaja ainda hoje à noite para Berlim Ocidental, onde vai defender, na assembléa anual conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird), as propostas brasileiras para o que ele chama de "quarta fase da renegociação" — depois do acerto com os bancos privados, as instituições multilaterais (FMI, Bird e BID) e os governos credores do Clube de Paris.

Maílson quer "explorar todas as possibilidades de redução do estoque da dívida", tirando partido do fato de que o próprio mercado já atribui hoje aos títulos da dívida do Terceiro Mundo valores até 90%

menores do que os valores de face (no caso brasileiro, esse deságio está em torno de 50%). Esse deságio seria cancelado pelos credores, diminuindo o total devido. Mas Maílson faz questão de descartar qualquer idéia de confrontação com os credores. "Já é um consenso hoje que a dívida do Terceiro Mundo precisa ser reduzida", afirma o ministro.

A outra base da proposta de Maílson é a volta do Brasil ao mercado de capitais através do lançamento de bônus — títulos que seriam comprados por empresas e grandes investidores institucionais, como Fundos de Pensão, nos países desenvolvidos. Essa seria a única forma de o País voltar ao mercado, uma vez que está fechada a possibilidade de novos empréstimos de bancos comerciais.

"Estupefatos"

Enquanto isso, os senadores Carlos Chiarelli e Fernando Henrique Cardoso, presidente e relator da Comissão da Dívida Externa, distribuíram ontem em Brasília uma nota em que se declararam "estupefatos" com a assinatura do

acordo com os credores privados "apenas duas semanas antes da promulgação da nova Constituição". Os senadores acusam o ministro da Fazenda de ocultar deliberadamente os reais termos do acordo firmado em junho passado e lembram que a nova Carta "exige" que eles sejam aprovados pelo Parlamento.

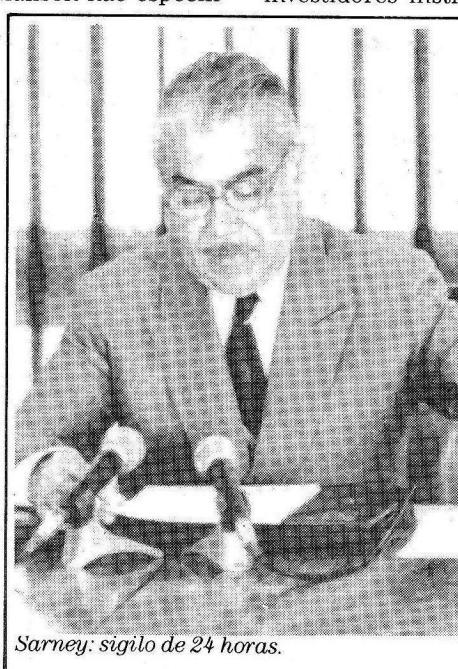
"Estranhamos que os acordos, com prazo de vigência de 20 anos, alcançando o fim deste século e propondo-se a valer para o futuro milênio, tratando de valores e compromissos financeiros que ultrapassam, fartamente, casa dos sessenta bilhões de dólares, não sejam do conhecimento pleno e oficial desta comissão especial", registra a nota distribuída ontem.

Finalmente, os senadores anunciam a convocação da Comissão para um exame da situação e de seus eventuais desdobramentos e para a formulação de "medidas concretas que devam ser adotadas, com presteza e eficácia".

O acordo brasileiro é um exemplo. Opinião dos banqueiros.

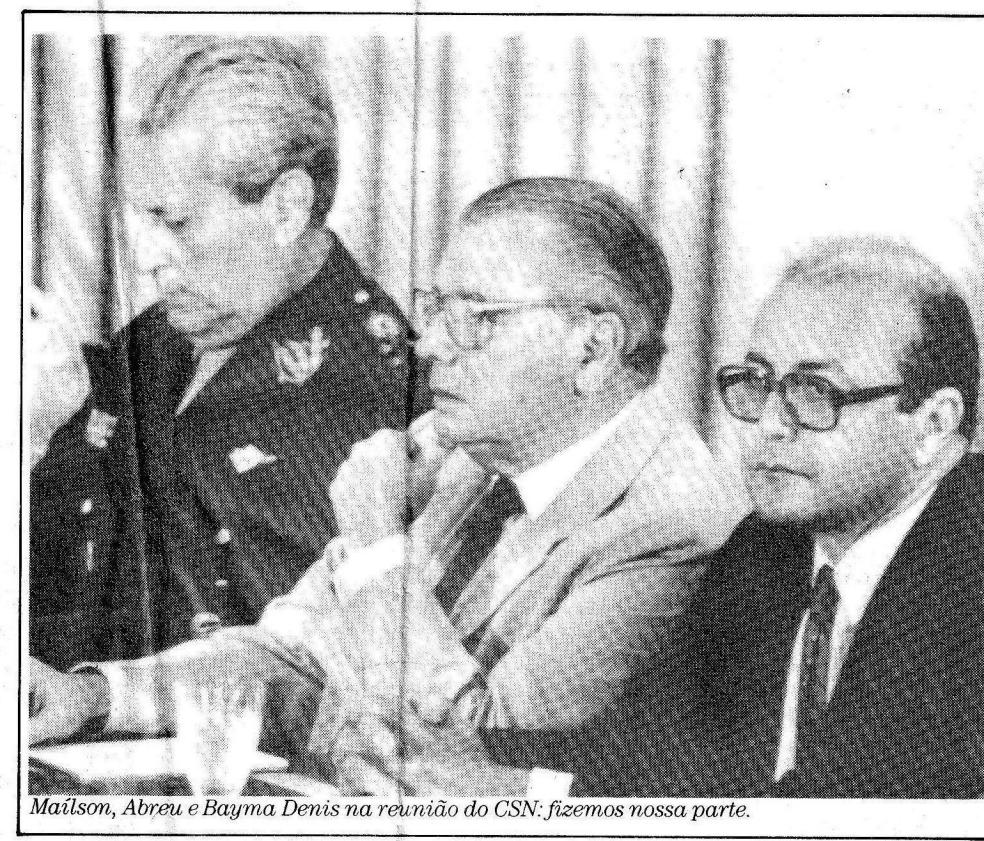
O vice-presidente do Citibank e presidente do comitê de bancos credores, William Rhodes, acredita que o acordo com o governo brasileiro, e que está sendo assinado entre as partes, hoje, em Nova York, pode "definir novos rumos na

administração da crise da dívida". Rhodes destacou a importância dos "bônus de saída", que aliviariam o peso da amortização anual da dívida. Os bônus têm prazo de 25 anos, com dez de carência e juros de 6%.



José Paulo

Sarney: sigilo de 24 horas.



José Paulo

Mailson, Abreu e Bayma Denis na reunião do CSN: fizemos nossa parte.